



Jornal do Brasil

20/07/2012

Pibinho e Pibão

Luiz Fernando de Paula*

Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia brasileira deve crescer de 2,5% no ano 2012, próximo dos 2,7% de 2011, o que daria uma média de 2,6% no primeiro biênio do governo Dilma, acendendo a luz amarela a partir deste pibinho. Se consideramos que o crescimento da economia que durante o governo Lula (2003/2010) foi de 4,1%, tal desempenho fica bastante a desejar, e é natural que o governo esteja preocupado com tal situação. Tal contexto causa uma certa perplexidade considerando que o mesmo ocorre num momento em que o Banco Central vem realizando uma gradual e firme redução na taxa de juros.

Duas linhas de interpretação, ambas a nosso juízo amplamente suficientes, emergem para explicar tal comportamento da economia brasileira. Por um lado, um grupo de economistas sustenta que a desaceleração no crescimento é decorrente da falta de reformas liberalizantes no Brasil, como é o caso da reforma trabalhista, que acaba desestimulando os empresários a produzir e contratar mais, face ao alto custo Brasil. Por outro lado, outros defendem que o problema da desaceleração é decorrente de políticas governamentais inadequadas, como no caso da política industrial (como escolher os ganhadores?), implementação de redução de impostos para consumo de alguns produtos (eletrodomésticos, automóveis, etc), desoneração de folha de pagamento para alguns setores, etc, tudo isto afetando negativamente os investimentos empresariais, já que os empresários adiam seus investimentos na espera de obter concessões do governo.

A primeira argumentação é equivocada, pois, sem querer entrar numa discussão mais aprofundada sobre os efeitos de reformas liberalizantes sobre o crescimento a longo prazo, é óbvio que elas não explicam a inflexão no crescimento do produto, se considerarmos que não houve mudanças significativas no ambiente institucional nos últimos anos. A segunda linha também é insuficiente, pois tende a considerar efeitos como causas – na realidade as medidas adotadas pelo governo na maioria das vezes visam justamente enfrentar a situação de desaceleração e não se constituem em fatores que a causaram. Ou seja, pode-se discutir se eles serão ou não eficazes em

levantar a economia, mas não parece razoável atribuir às políticas anticíclicas elementos causais.

Na realidade, há uma combinação entre fatores conjunturais com fatores estruturais por detrás da desaceleração econômica. Os gastos com consumo se desaceleram em função de um certo esgotamento na expansão do crédito ao consumidor, face ao forte e crescente endividamento das famílias, com conseqüente comprometimento de sua renda, uma vez que o crédito cresce a taxas bem maiores que a taxa de crescimento da renda e do produto, e as taxas de empréstimos ainda são elevadas no país. O gasto público, por sua vez, tem se desacelerado por conta da política de superávit primário fiscal do governo. Ademais, deve-se considerar as dificuldades do governo executar seus próprios investimentos já orçados, expressando uma situação em que anos de políticas ortodoxas liberais parecem ter deixado como legado a perda de capacidade do governo em investir. As exportações líquidas, por seu turno, vêm patinando em 2012, em boa medida por conta do aumento das importações, face à tendência de apreciação da taxa câmbio que marcou a economia brasileira nos últimos anos, sendo que recentemente as exportações de commodities vem perdendo fôlego por conta da queda nos preços e demanda de commodities. Assim, a conjuntura internacional não favorece uma saída para o comércio exterior.

Os gastos dos investimentos, em parte em função da desaceleração dos outros componentes de gastos (consumo, governo e exportações líquidas), e em parte devido a maior incerteza percebida quanto ao futuro da economia mundial. O “espírito animal” dos empresários, neste contexto, fica bastante arrefecido. Acrescente-se aqui um fator de natureza estrutural: a tendência à desindustrialização da economia, que mais recentemente começa a se mostrar de forma mais contundente, tem como efeito colateral uma redução no investimento agregado da economia, uma vez que o setor manufatureiro tende a ser mais intensivo em capital, além de ter efeitos de encadeamento maior sobre a economia como um todo. Em que pese o crescimento recente do mercado interno, o câmbio apreciado aumentou o coeficiente de importação da indústria (insumos e bens de capitais) e a própria importação de bens duráveis e não duráveis finais, atingindo o “osso” da indústria manufatureira. A recente desvalorização cambial proporciona um alívio à indústria, mas é provável não ser suficiente para restaurar as condições de competitividade da indústria.

De todo modo é preciso ter alguma paciência: as medidas de política econômica adotadas pelo governo demoram um pouco a ter efeito, e se espera um melhor desempenho da economia no segundo semestre. Em um contexto em que os gastos privados estão em desaceleração, os investimentos públicos podem ter um papel importante a cumprir. Acrescente-se que a economia brasileira estará melhor preparada para retomar o crescimento se as variáveis macroeconômicas básicas (juros e câmbio) estiverem melhor alinhadas do que nos últimos anos, permitindo

transitarmos de um “equilíbrio ruim” para um “equilíbrio bom”. Mas não se deve esperar por ora um pibão.

* **Luiz Fernando de Paula**, professor titular de economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é presidente da Associação Keynesiana Brasileira.